

# FILOSOFIA E FILOMITIA

Por DELFIM SANTOS

Ao considerar a situação presente da meditação filosófica, certa apreensão nos domina quanto ao enunciado da problemática que se quer impor sob a designação de «filosofia portuguesa». Não desconhecemos e não negamos que aqueles que se têm agrupado na defesa deste propósito, revelam talento e virtudes de expressão e comunicação não vulgares. Começemos por esta homenagem que lhes é devida e passemos a expor o que nos leva a discordar desse ousado propósito, tantas vezes exposto em jornais, revistas, folhetos, livros e recentemente em colóquios. Diremos que tal tentativa poderia ser interessante, se qualquer fundamento a pudesse radicar. É precisamente aqui que surgem as nossas dúvidas. Tudo depende do que entendermos por «filosofia»; mas, se não quisermos dar-lhe sentido que só indevidamente lhe pode ser atribuído, julgamos não válida a afirmação de que «há» uma filosofia portuguesa, espanhola, francesa ou alemã. Quer isto dizer que não negamos a existência da filosofia portuguesa por incapacidade dos Portugueses para pensar filosoficamente, mas que a filosofia não é uma manifestação de tipo gregário, ou social, ou nacional, que dessa forma assim se diversifique. Há escolas que agrupam alguns homens, mestres e discípulos, e esta associação poderia servir para indicar superficialmente o carácter gregário da filosofia. Também se poderia afirmar, por terem aparecido alguns homens que à investigação filosófica se têm dedicado, que tal «povo» ou tal «nação» revelam talento privilegiado para o cultivo da filosofia. Tudo isto são pontos de vista contestáveis. Se a filosofia não é apenas concepção do mundo, ou determinação mais ou menos rigorosa das intenções ideológicas deste ou daquele povo, as «razões» apontadas não têm consistência.

Se, além de concepção do mundo típica a determinado povo, também a consideramos enunciação de princípios de convivência, ou de interpretação do conjunto de ideais que conduzem um povo à sua própria determinação na história, ou estudo dos mitos que conglobam a sua acção em determinado período histórico, só abusivamente poderemos a isso chamar filosofia, tendo em vista o sentido rigoroso que desde os Gregos lhe pertence. Mundividência, sociologia, filomitia alicerçada na interpretação dos poetas, podem ser tarefas inegavelmente valiosas e dignas de consideração. Mas não seria isto retirar da filosofia precisamente aquilo que a distingue e a diferencia de

todas as actividades de pensamento alicerçadas no empírico, no natural, no social, no histórico e no mítico? Decerto que à filosofia também, estes domínios podem e devem interessar, mas a eles não deve circunscrever-se, sob pena de aniquilar o esforço de transcendentalização que a anima e constitui o seu peculiar fundamento. E este esforço radica na auto-investigação das possibilidades de pensamento, de conhecimento e de reflexão que pertencem a este ou a qualquer homem, independentemente do território em que surgiu. Também é verdade que certas nações, devido à sua estruturação pedagógica, permitem maior difusão a tais estudos e mais funda dedicação de aqueles que por eles se interessam, mas não confundamos o que seria muito grave confundir. O filósofo não é uma planta sujeita a condições climáticas ou a tipos de vegetação que caracterizam esta ou aquela paisagem nacional. A filosofia não tem pátria, — embora os filósofos a tenham, — mas não é a ela que devem a sua filosofia. Porque na Grécia ou na Alemanha tal forma de pensamento, que é raiz de todas as outras formas de pensamento, se desenvolveu e aprofundou, não nos é permitido, por esse motivo, afirmar que há uma filosofia grega ou uma filosofia alemã e que estes «povos» possuem disposições especiais para o seu cultivo.

A questão é outra e não se deixa resolver tão facilmente. Também se poderia perguntar por que motivo até agora em certas nações não apareceu um filósofo da categoria de outros que se supõem notáveis. A resposta, se incidisse sobre a capacidade ou incapacidade de certos homens pertencentes a um povo serem ou não grandes filósofos, seria igualmente deplorável. A filosofia, para surgir, requer condições e quando elas se não verificam, nenhum homem desta ou daquela nação pode levar a bom fim o seu intento. Uma das condições, e talvez a primeira, consiste na valorização do diálogo e da interrogação, a que certos povos estão mais ou menos fechados. Sem isto não será nunca possível validar filosofias como tipicamente nacionais, ou, quando o fazemos, apenas nos referimos a uma parte e não à mais significativa do que como filosofia se deve entender.

Mas o problema não está resolvido nem a argumentação esgotada. Aliás, a escolha de nomes de relevo para justificar que há uma «filosofia portuguesa» parece que, de certo modo, é seguir caminho ao contrário. Não importa agora saber se tais nomes possuem ou não grandeza

